

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Empreitada referente à 1ª fase de construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde, da
BEAUTIFUL ANGELS, LDA

PROGRAMA DE CONCURSO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

ÍNDICE

Artigo 1.º IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
Artigo 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE	3
Artigo 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
Artigo 4.º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	3
Artigo 5.º PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	3
Artigo 6.º MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	3
Artigo 7.º DOCUMENTOS DA PROPOSTA	3
Artigo 8.º INDICAÇÃO DO PREÇO	4
Artigo 9.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	4
Artigo 10.º PROPOSTAS VARIANTES	4
Artigo 11.º PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	4
Artigo 12.º REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES	4
Artigo 13.º CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE	5
Artigo 14.º CAUÇÃO	5
Artigo 15.º ESCLARECIMENTOS DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
Artigo 16.º RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
Artigo 17.º AGRUPAMENTOS	5
Artigo 18.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	6
Artigo 19.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO	6
Artigo 20.º PRAZO PARA SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES DETETADAS NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE POSSAM LEVAR À CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	6
Artigo 21.º NEGOCIAÇÃO	6
Artigo 22.º CONTRATO – ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	7
Artigo 23.º RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	7
Artigo 24.º PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO	7
Artigo 25.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	7
ANEXO I - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	8
ANEXO II	9

Artigo 1.º | IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

Concurso público, nos termos da alínea a) do artigo 19.º Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, para execução da Empreitada referente à 1ª fase (movimentos de terras, estruturas em betão armado, arruamentos privados e arruamento público e redes de infra-estruturas exteriores (águas, esgotos, drenagem pluvial, PT, iluminação pública, alimentação elétrica, ITUR)) de “**Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde**”, da BEAUTIFUL ANGELS, LDA.

Artigo 2.º | ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a empresa BEAUTIFUL ANGELS, LDA., pessoa coletiva nº. 513421629, com sede na Rua dos Depósitos nº 87 Ameal, 3045-293 Coimbra, com o nº de telefone +351914035228 e com o endereço de correio eletrónico pedromiguel.parreira@gmail.pt.

Artigo 3.º | ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Assembleia Geral da BEAUTIFUL ANGELS, LDA por proposta da Gerência conforme ata de 7 de julho de 2025.

Artigo 4.º | ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do procedimento.

Artigo 5.º | PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas até às 23h59 do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.

Artigo 6.º | MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos que as instruem serão apresentadas através da plataforma em uso nesta entidade: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>.

Artigo 7.º | DOCUMENTOS DA PROPOSTA

A proposta deve incluir os elementos documentais abaixo indicados, de apresentação obrigatória, devidamente assinados com assinatura digital certificada pelo representante legalmente autorizado:

- a) A proposta deve ser constituída obrigatoriamente pelo **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, cujo ficheiro XLM se encontra na Pasta zipada, e junta como Anexo I, ao presente Programa de Concurso, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, que substitui a declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Assim, o referido ficheiro XML, deverá ser preenchido pelos concorrentes e enviado como documento que instrui a proposta. Para tal, devem as entidades concorrentes aceder ao link do site <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, escolher a opção "Sou um operador económico", posteriormente "Importar um DEUCP" e escolher o ficheiro XLM constante da pasta zipada acima indicada;

- b) Proposta de Preço global**, com exclusão do IVA;
- c) Lista de preços unitários**, em euros e com apenas duas casas decimais e de acordo com os diversos mapas de quantidades;
- d) Nota justificativa dos preços propostos**;
- e) Cronograma financeiro** contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 57.º do CCP;
- f) Plano de pagamentos**, que deverá estar diretamente relacionado com o Programa de Trabalhos elaborado;
- g) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra**.
- h) Plano de Trabalhos, correlacionado com o programa de pagamentos** e que inclui o **plano de mão-de-obra** e o **plano de equipamentos**, elaborados de forma detalhada, de acordo com o Caderno de Encargos e nos termos do art.º 361.º do CCP.
- i) Documento a que alude o n.º 4 do artigo 60º do CCP**;
- j) Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PGRCD)**;
- k) Plano de Segurança e Saúde em fase Obra (PSS)**;
- l) Plano de Gestão Ambiental (PGA)** com inclusão do cumprimento do Regime Geral do **Ruído** (DL nº 9/2007, de 17 de janeiro, que indique as medidas a cumprir durante a realização da intervenção para reduzir o incómodo para a população, mesmo sendo obras no interior de edifícios;
- m) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, no caso de o adjudicatário não ser uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

Artigo 8.º | INDICAÇÃO DO PREÇO

O preço global da proposta e os preços unitários são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

Artigo 9.º | IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º | PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º | PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 12.º | REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

Não podem apresentar-se ao concurso os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º | CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa apresentada, na modalidade monofator, densificado no preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Em caso de empate após a aplicação do critério de adjudicação, o critério de desempate adotado será o método de sorteio a realizar em sessão pública, nas instalações da BEAUTIFUL ANGELS, LDA da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração e será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes e o sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri.

Artigo 14.º | CAUÇÃO

É exigida a prestação de uma caução no valor de 0.5% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 89.º do CCP.

Artigo 15.º | ESCLARECIMENTOS DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e são prestados, por escrito, até ao segundo terço do prazo para apresentação das propostas, data até à qual podem igualmente ser efetuadas retificações às peças do procedimento.

Artigo 16.º | RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

O regime de retificação de erros ou omissões das peças do concurso segue o estipulado no nº 2 do artigo 166º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º | AGRUPAMENTOS

Podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.

Os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.

Artigo 18.º | DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes elementos de habilitação previstos no nº 1 do artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, reproduzida no Anexo II do presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial atualizada, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para a identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- d) Documento comprovativo da titularidade de alvará e/ou certificado de empreiteiro de obras públicas, em classe correspondente ao valor global dos trabalhos e nas categorias e subcategorias correspondentes à natureza dos diferentes trabalhos, que abaixo se indicam:
 - 1ª CATEGORIA: Sub-categorias 1
 - 4ª CATEGORIA: Sub-categorias 2, 3, 7
 - 5ª CATEGORIA: Sub-categorias 2, 9, 10, 12Para efeitos da verificação das habilitações referidas, o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

Artigo 19.º | PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

O prazo é de 5 (cinco) dias contados da notificação da decisão de adjudicação.

Artigo 20.º | PRAZO PARA SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES DETETADAS NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE POSSAM LEVAR À CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

As irregularidades eventualmente detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, deverão ser regularizadas no prazo de 3 dias a contar da sua notificação pela entidade adjudicante.

Artigo 21.º | NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 22.º | CONTRATO – ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário.

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 23.º | RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda na recusa dos ajustamentos propostos.

No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 24.º | PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP, considera-se, por referência a preços médios obtidos em consulta preliminar ao mercado, que o preço total constante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior ao preço base fixado no caderno de encargos em pelo menos 40%

Artigo 25.º | DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 26.º | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Todos os atos que digam respeito ao procedimento em causa obedecem às condições previstas no presente Programa e no Caderno de Encargos. Todas as situações que não estejam previstas serão reguladas pelas disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, e demais legislação aplicável.

ANEXO I - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Ficheiro XLM que se encontra na Pasta zipada, e junta como Anexo I, ao presente Programa de Concurso.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO IV

Modelo de garantia bancária ou seguro-caução (n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Em nome e a pedido de (1) _____, vem a (a) (2) _____ pelo presente documento, prestar, a favor da Beautiful Angels, Lda, uma garantia bancária/seguro-caução (3), até ao montante de _____€ (4) _____ (valor por extenso), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo (s) garantido (s) no âmbito do processo relativo à Empreitada referente à 1ª fase de construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde, da BEAUTIFUL ANGELS, LDA, conforme definido no Decreto-Lei n.º 72/2018 de 12 de setembro, nos termos e para efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 0,5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do (s) garantido (s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

_____, ____ de _____ de 2025

(Banco ou Seguradora)

- (1) – Identificação completa do Adjudicatário;
- (2) – Identificação completa da Instituição que garante;
- (3) – Eliminar o que não interessa;
- (4) – O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (5) – Eliminar o que não interessa;
- (6) – Localidade.